

HC-UFPE – HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CONCURSO PÚBLICO
Nº 002/ 2014

EBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

Advogado

CARGO: ADVOGADO**Texto****Liberdade de imprensa e liberdade de opinião**

Há muita dificuldade conceitual, especialmente no Judiciário, para entender o papel dos grupos de mídia e de conceitos como liberdade de imprensa, liberdade de opinião e direito à informação.

Tratam como se fossem conceitos similares.

Direito à informação e liberdade de expressão são direitos dos cidadãos, cláusulas pétreas da Constituição.

Liberdade de imprensa é um direito acessório das empresas jornalísticas. Por acessório significa que só se justifica se utilizado para o cumprimento correto da importantíssima missão constitucional que lhe foi conferida.

No Brasil, no entanto, o conceito de liberdade de imprensa tornou-se extraordinariamente elástico, fugindo completamente dos princípios que o originaram. E há enorme resistência do Judiciário em discutir o tema. É tabu.

Os grupos de mídia trabalham com jornalismo, entretenimento e *marketing*. E têm interesses comerciais próprios de uma empresa privada.

Jogaram todas as atividades de mídia debaixo da proteção da liberdade de imprensa, mesmo as não jornalísticas, tornando-as imunes a qualquer forma de controle seja de costumes seja da mera classificação indicativa.

Anos atrás, uma procuradora da República intimou a Rede Globo devido a conceitos incorretos sobre educação inclusiva propagados em uma novela. Foi alvo de artigos desmoralizadores do colunista Arthur Xexéo – “acusando-a” de pretender interferir no roteiro, ferindo a liberdade de expressão.

A ação proposta contra o apresentador Gugu, por ocasião da falsa reportagem sobre o PCC, rendeu reportagem desmoralizadora da revista Veja contra os proponentes da ação, em nome da liberdade de expressão.

A mera tentativa do Ministério da Justiça de definir uma classificação etária indicativa para programas de televisão foi torpedeada pela rede Globo, sob a acusação de interferência na liberdade de expressão.

Em todos os casos, a Justiça derrubou as ações em nome da liberdade de imprensa.

Quando o conceito de liberdade de imprensa foi desenvolvido – no bojo da criação do modelo de democracia norte-americano – o pilar central era o da mídia descentralizada, exprimindo a posição de grupos diversificados, permitindo que dessa atoarda nascessem consensos e representações.

As rádios comunitárias eram a expressão mais autêntica desse papel democratizante da mídia, assim como as mídias regionais.

Hoje as rádios comunitárias são criminalizadas. E as concessões públicas tornaram-se moeda de troca com grupos políticos, com coronéis eletrônicos, que a tratam como propriedade privada. É inacreditável a naturalidade com que se aceita o aluguel de horários para grupos religiosos, ou a venda das concessões para outros grupos, como se fossem propriedade privada e não um ativo público.

Tudo isso decorre da enorme concentração do setor, responsável por inúmeras distorções. Houve perda de representatividade da mídia regional, esmagamento das diferenças culturais, ideológicas.

Daí o movimento, em muitos países, por um marco regulatório que de maneira alguma interfira na liberdade de expressão. Mas que permita a desconcentração de mercado, promovendo o florescimento de novos grupos de mídia que tragam a diversificação e a pluralidade para o setor.

Enfim, instituir a verdadeira economia de mercado no setor.

(Luis Nassif. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/liberdade-de-imprensa-e-liberdade-de-opiniao>.)

01

Acerca das características textuais e semânticas, o texto configura-se como sendo

- A) narrativo. B) instrutivo. C) descritivo. D) explicativo. E) argumentativo.

02

Releia o trecho a seguir: “Jogaram todas as atividades de mídia debaixo da proteção da liberdade de imprensa, mesmo as não jornalísticas, [...]” (7º§). Assinale a alternativa cujo conteúdo NÃO sustenta, no texto, a afirmação recortada.

- A) A posição da revista Veja em relação à falsa reportagem do apresentador Gugu.
 B) A postura da justiça ante ações que supostamente feriam a liberdade de imprensa.
 C) Os artigos desmoralizadores do colunista Arthur Xexéo que atacavam um pedido de esclarecimento judicial.
 D) A reação da Rede Globo de Televisão à tentativa de definição de uma classificação etária para programas televisivos.
 E) O pedido de esclarecimento de uma procuradora da República sobre conceitos equivocados vinculados à ideia de educação.

03

No trecho *“No Brasil, no entanto, o conceito de liberdade de imprensa tornou-se extraordinariamente elástico, fugindo completamente dos princípios que o originaram.”* (5º§), o termo destacado só NÃO pode ser substituído, sem afetar o sentido originalmente proposto, por

- A) vago. B) dúctil. C) inexato. D) impreciso. E) hermético.

04

Em *“[...] a Justiça derrubou as ações em nome da liberdade de imprensa.”* (11º§), há a presença de qual das figuras de linguagem apresentadas a seguir?

- A) Ironia. B) Hipérbole. C) Metonímia. D) Eufemismo. E) Comparação.

05

Finalizada a discussão que permeia o texto, o autor conclui que é preciso

- A) valorizar mais as rádios comunitárias.
 B) revogar as concessões públicas de mídias.
 C) estabelecer limites para a liberdade de expressão.
 D) tornar o mercado de mídia legitimamente competitivo.
 E) acabar com os aluguéis de horários para grupos religiosos.

06

No trecho *“As rádios comunitárias eram a expressão mais autêntica desse papel democratizante da mídia, assim como as mídias regionais.”* (13º§), a expressão destacada tem função

- A) causal. B) aditiva. C) conclusiva. D) adversativa. E) comparativa.

07

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Em *“Tratam como se fossem conceitos similares.”* (2º§), a alteração de “conceitos similares” por “conceito similar” acarretaria a alteração da forma do verbo “tratar”.
- II. No trecho *“Os grupos de mídia trabalham com jornalismo, entretenimento e marketing. E têm interesses comerciais próprios de uma empresa privada.”* (6º§), a alteração no número do sujeito da primeira oração demandaria a alteração de “têm” por “tem”.
- III. No trecho *“A mera tentativa do Ministério da Justiça de definir uma classificação etária indicativa para programas de televisão foi torpedeada pela rede Globo, [...]”* (10º§), a pluralização de “a mera tentativa” acarretaria alteração na forma do verbo “ser”.
- IV. Em *“Tudo isso decorre da enorme concentração do setor, responsável por inúmeras distorções.”* (15º§), a substituição de “do setor” por “dos setores” não acarretaria necessidade de alterar nenhuma outra forma no trecho.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II. B) II e III. C) II e IV. D) III e IV. E) I, III e IV.

08

Assinale a alternativa que apresenta uma asserção correta acerca da sintaxe da oração apresentada a seguir: *“Liberdade de imprensa é um direito acessório das empresas jornalísticas.”* (4º§).

- A) O sujeito da oração é do tipo composto.
 B) O termo “acessório” atua como um adjunto adverbial.
 C) A expressão “um direito” funciona como um objeto direto.
 D) A expressão “de imprensa” configura-se como um predicativo.
 E) A expressão “das empresas jornalísticas” atua como complemento nominal.

09

Em *“No Brasil, no entanto, o conceito de liberdade de imprensa tornou-se extraordinariamente elástico, fugindo completamente dos princípios que o originaram.”* (5º§), o trecho destacado é uma

- A) oração subordinada adjetiva restritiva. D) oração subordinada adverbial condicional.
 B) oração subordinada adjetiva explicativa. E) oração subordinada adverbial consecutiva.
 C) oração subordinada substantiva apositiva.

10

O conteúdo das alternativas é composto por trechos do texto que tiveram a sua pontuação alterada e/ou excluída. Diante disso, assinale a alternativa em que a(s) mudança(s) não ocasiona(m) erro e/ou problema(s) de composição.

- A) Direito à informação e liberdade de expressão são direitos dos cidadãos cláusulas pétreas da Constituição.
 B) Há muita dificuldade conceitual especialmente no Judiciário para entender o papel dos grupos de mídia e de conceitos como liberdade de imprensa, liberdade de opinião e direito à informação.
 C) A mera tentativa do Ministério da Justiça de definir uma classificação etária indicativa para programas de televisão foi torpedeada pela rede Globo. Sob a acusação de interferência na liberdade de expressão.
 D) No Brasil, no entanto, o conceito de liberdade de imprensa tornou-se extraordinariamente elástico, fugindo completamente dos princípios que o originaram. E há enorme resistência do Judiciário em discutir o tema: é tabu.
 E) Quando o conceito de liberdade de imprensa foi desenvolvido: no bojo da criação do modelo de democracia norte-americano. O pilar central era o da mídia descentralizada, exprimindo a posição de grupos diversificados, permitindo que dessa atoarda nascessem consensos e representações.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

11

Três amigas – uma ruiva, uma loira e uma morena – têm olhos das cores verdes, castanhos e azuis, não necessariamente nessa ordem. Considere que das afirmativas a seguir apenas uma é verdadeira:

- a ruiva tem olhos verdes;
- a loira não tem olhos verdes;
- a morena não tem olhos azuis.

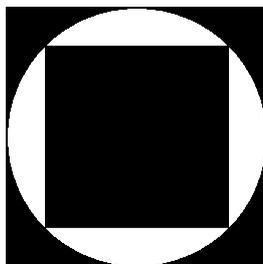
Sendo assim, é correto afirmar que a

- A) morena tem olhos verdes e a loira tem olhos azuis.
 B) ruiva tem olhos verdes e a loira tem olhos castanhos.
 C) loira tem olhos azuis e a morena tem olhos castanhos.
 D) morena tem olhos castanhos e a ruiva tem olhos azuis.
 E) loira tem olhos castanhos e a morena tem olhos verdes.

12

O raio da circunferência na figura a seguir mede 3 cm. A área em negrito, no interior da figura, totaliza

- A) 21,56 cm².
 B) 23,42 cm².
 C) 24,16 cm².
 D) 25,74 cm².
 E) 26,72 cm².



13

Bruna comprou: sandália, protetor solar, toalha de praia e óculos de sol. Considere que:

- a sandália não foi o item mais caro;
- os óculos foram mais caros que a toalha;
- o protetor solar foi o item mais barato.

Portanto, é correto afirmar que

- A) os óculos foi o item mais caro.
 B) a toalha foi o item mais barato.
 C) a sandália foi mais cara do que a toalha.
 D) os óculos foram mais baratos do que a sandália.
 E) a sandália foi mais barata do que o protetor solar.

14

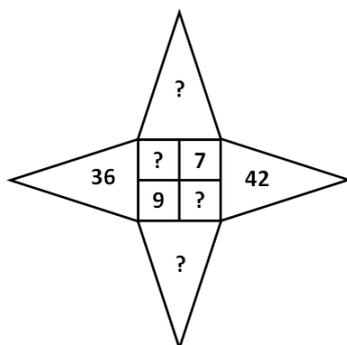
Um casal de tartarugas estava inicialmente separado por uma distância de 12 m e ambas começaram a caminhar, simultaneamente, com velocidades constantes, uma de encontro a outra. Sabe-se que o macho se deslocou com velocidade de 6 cm/s. Em 2 minutos e 30 segundos as tartarugas se encontraram, então, a velocidade da fêmea era de

- A) 2 cm/s. B) 3 cm/s. C) 4 cm/s. D) 5 cm/s. E) 6 cm/s.

15

A soma dos números que substituem corretamente as interrogações na figura a seguir é igual a

- A) 86.
- B) 88.
- C) 90.
- D) 92.
- E) 94.



LEGISLAÇÃO APLICADA À EBSEERH

16

Segundo o Decreto nº 7.661/2011, a EBSEERH prestará os serviços relacionados às suas competências mediante contrato com as instituições federais de ensino ou instituições públicas congêneres, o qual conterà, obrigatoriamente:

- I. As metas de desempenho, indicadores e prazos de execução a serem observados pelas partes.
- II. A respectiva sistemática de acompanhamento e avaliação, contendo critérios e parâmetros a serem aplicados.
- III. Cláusula de garantia consistente em caução em dinheiro e fiança bancária.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

17

De acordo com o disposto no Decreto nº 7.661/2011, relacione adequadamente as colunas.

- 1. Conselho de Administração. () Responsável por administrar a EBSEERH, composta pelo Presidente e até seis Diretores, todos nomeados e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Educação.
- 2. Diretoria Executiva. () Órgão permanente da EBSEERH, compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação.
- 3. Conselho Fiscal. () O órgão de orientação superior da EBSEERH, sendo composto por nove membros, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação.
- 4. Conselho Consultivo. () Tem como competência, dentre outras, propor linhas de ação, programas, estudos, projetos, formas de atuação ou outras medidas, orientando para que a EBSEERH atinja os objetivos para a qual foi criada.

A sequência está correta em

- A) 4, 3, 2, 1.
- B) 1, 2, 3, 4.
- C) 2, 3, 1, 4.
- D) 3, 2, 1, 4.
- E) 1, 3, 4, 2.

18

Sobre a participação nos órgãos da EBSEERH, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.661/2011, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Não podem participar dos referidos órgãos, os declarados inabilitados para cargos de administração em empresas sujeitas a autorização, controle e fiscalização de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.
- () Aos integrantes dos órgãos de administração é vedado intervir em operação em que, direta ou indiretamente, sejam interessadas sociedades de que detenham o controle ou participação superior a cinco por cento do capital social.
- () Embora vedado aos descendentes e ascendentes, poderão participar dos órgãos da EBSEERH, o sócio ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.
- () A participação na Diretoria Executiva e Conselho de Administração está condicionada à conclusão de curso superior na área relacionada às atividades e finalidades do órgão, bem como à realização de curso de reciclagem periódica, não inferior a seis meses.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, F, V.
- E) V, F, F, V.

19

A respeito da composição do Conselho de Administração, segundo as regras dispostas no Decreto nº 7.661/2011, assinale a afirmativa correta.

- A) A Presidência do Conselho será exercida pelo Presidente da Empresa, salvo em caso de ausência ou impedimentos.
- B) Considerar-se-á vaga a função de membro do Conselho de Administração apenas nos casos de destituição, morte ou renúncia.
- C) O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração será de dois anos contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.
- D) No caso de vacância definitiva do cargo de Conselheiro ocupado por representante dos empregados, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a designação do novo representante.
- E) Nos casos em que os membros do Conselho de Administração percebam honorários mensais, no quantitativo especificado no decreto, não farão jus a reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função.

20

Considerando as disposições do Decreto nº 7.661/2011, compete ao Presidente da EBSEH, EXCETO:

- A) Representar a EBSEH, em juízo ou fora dele, podendo delegar essa atribuição em casos específicos, e, em nome da entidade, constituir mandatários ou procuradores.
- B) Coordenar o trabalho das unidades da EBSEH, podendo delegar competência executiva e decisória e distribuir, entre os diretores, a coordenação dos serviços da empresa.
- C) Designar substitutos para os membros da Diretoria, em seus impedimentos temporários, que não possam ser atendidos mediante redistribuição de tarefas, e, no caso de vaga, até o seu preenchimento.
- D) Admitir, promover, punir, dispensar e praticar os demais atos compreendidos na administração de pessoal, de acordo com as normas e critérios previstos em lei e aprovados pela Diretoria, podendo delegar esta atribuição no todo ou em parte.
- E) Administrar e dirigir os bens, serviços e negócios da EBSEH e decidir, por proposta dos responsáveis pelas respectivas áreas de coordenação, sobre operações de responsabilidade situadas no respectivo nível de alçada decisória estabelecido pelo Conselho de Administração.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SUS

21

Antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde não era considerada um direito social. O SUS foi institucionalizado no Brasil com a

- A) Lei nº 8.080/90.
- B) Lei nº 8.142/90.
- C) Declaração de Alma-Ata.
- D) Constituição Federal de 67.
- E) Constituição Federal de 88.

22

Na organização dos Conselhos de Saúde, a Resolução CNS nº 453/2012 recomenda que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de suas entidades representativas, no mínimo, na proporção de

- A) 10%.
- B) 25%.
- C) 30%.
- D) 50%.
- E) 70%.

23

De acordo com a redação atual da Lei nº 8.080/90, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS deve contar com um representante indicado pelo Conselho Federal de Medicina e um representante indicado pelo

- A) Ministério da Saúde.
- B) Conselho Nacional de Saúde.
- C) Conselho Federal de Farmácia.
- D) Conselho Federal de Informática.
- E) Ministério da Ciência e Tecnologia.

24

De acordo com o Decreto Presidencial nº 7.508/11, são portas de entrada às ações e aos serviços de saúde nas Redes de Atenção à Saúde os seguintes serviços, EXCETO:

- A) De atenção primária.
- B) De vigilância em saúde.
- C) De atenção psicossocial.
- D) Especiais de acesso aberto.
- E) De atenção de urgência e emergência.

25

De acordo com o Decreto Presidencial nº 7.508/2011, todas as ações e serviços que o SUS oferece ao usuário para atendimento da integralidade da assistência à saúde são compreendidos pela

- A) CIB. B) CIR. C) CIT. D) RENAME. E) RENASES.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Sobre a classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise.

- I. Quanto ao modo de elaboração, pode ser classificada como analítica.
 II. Quanto à estabilidade, pode ser classificada em rígida.
 III. Quanto ao conteúdo, pode ser classificada em formal.
 IV. Quanto à forma, pode ser classificada em promulgada.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III. B) I, III e IV. C) II, III e IV. D) II e III. E) I e IV.

27

As normas constitucionais que tratam da intervenção nos Estados e Municípios podem ser definidas como elementos

- A) limitativos. D) formais de aplicabilidade.
 B) inorgânicos. E) de estabilização constitucional.
 C) socioideológicos.

28

O Poder Constituinte Decorrente está sujeito a diversas limitações, dentre elas, os princípios constitucionais sensíveis, também denominados apontados ou enumerados. Marque a alternativa que NÃO contém um princípio constitucional sensível previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- A) Autonomia municipal.
 B) Repelir invasão estrangeira.
 C) Direitos da pessoa humana.
 D) Prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
 E) Forma republicana, sistema representativo e regime democrático.

29

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Título I – Dos Princípios Fundamentais, indica os fundamentos da República Federativa do Brasil, seus objetivos fundamentais e os princípios que a regem nas relações internacionais.

Sobre o tema, relacione adequadamente as colunas.

1. Fundamentos. () Prevalência dos direitos humanos e igualdade entre os Estados.
 2. Objetivos fundamentais. () Dignidade da pessoa humana e soberania.
 3. Princípios que regem as relações internacionais. () Garantir o desenvolvimento nacional e construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3. B) 1, 3, 2. C) 3, 1, 2. D) 3, 2, 1. E) 2, 1, 3.

30

NÃO é um direito social expressamente previsto na Constituição da República Federativa do Brasil:

- A) Lazer. B) Saúde. C) Moradia. D) Sexualidade. E) Alimentação.

31

Acerca do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que

- A) a anulação do ato administrativo produz efeitos *ex tunc*.
 B) os atos já exauridos não admitem revogação, pois esta tem efeitos *ex nunc*.
 C) pode haver discricionariedade nos elementos motivo e objeto do ato administrativo.
 D) a revogação do ato administrativo pode ser realizada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, no controle da legalidade.
 E) licença é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.

32
Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) serviço postal.
- B) trânsito e transporte.
- C) direito processual e comercial.
- D) requisições civis, em caso de iminente perigo.
- E) direito tributário, financeiro, econômico e urbanístico.

33
Em relação ao tratamento que a Constituição da República Federativa do Brasil dá aos brasileiros natos e naturalizados, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro das Relações Exteriores são privativos de brasileiro nato.
- B) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na própria Constituição.
- C) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, são considerados brasileiros natos.
- D) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- E) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa, apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral, são considerados brasileiros naturalizados.

34
A Constituição da República Federativa do Brasil define o Sistema Tributário Nacional. Assinale a alternativa que apresenta uma matéria NÃO reservada à Lei Complementar.

- A) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- B) Instituição de empréstimos compulsórios, nos casos previstos na própria Constituição da República.
- C) Estabelecimento de critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- D) Instituição, pela União, de impostos extraordinários, em caso de guerra externa, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais deverão ser suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- E) Instituição, pela União, de impostos que não estão previstos constitucionalmente na sua competência, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

35
Sobre o tema Princípios do Direito Administrativo, marque a alternativa INCORRETA.

- A) Adota-se o princípio da moralidade administrativa, que não se confunde com a moralidade comum.
- B) O princípio da supremacia do interesse público determina privilégios jurídicos e um patamar de superioridade do interesse público sobre o particular.
- C) O princípio da especialidade decorre da centralização administrativa. Por ele, os servidores devem praticar os atos previstos em lei e a eles atribuídos especificamente.
- D) Diferentemente do direito privado, no Direito Administrativo o princípio da legalidade significa que o administrador só pode fazer aquilo que a lei autoriza ou determina.
- E) O princípio da eficiência não constava expressamente da Constituição da República Federativa do Brasil quando de sua promulgação, sendo incluído por emenda constitucional.

36
De acordo com a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, analise as afirmativas.

- I. Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.
- II. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão são tipos de licitação.
- III. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- IV. Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

Está(ão) INCORRETA(S) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) I e IV.
- D) II e III.
- E) III e IV.

37

A doutrina elenca certos atributos do Poder de Polícia. Sobre o tema, é correto afirmar que a imposição de uma multa ao administrado, sem análise preliminar do Poder Judiciário, é consequência do atributo

- A) tipicidade. D) discricionariedade.
 B) legalidade. E) autoexecutoriedade.
 C) supremacia.

38

Sobre os contratos administrativos e sua regulamentação pela Lei nº 8.666/93, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Serão sempre nulos os contratos verbais com a Administração.
 B) O objeto e seus elementos característicos é uma cláusula necessária.
 C) Admitem a alteração unilateral pela Administração em algumas situações.
 D) Os contratos administrativos de que trata a referida lei regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 E) Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas da Lei nº 8.666 e às cláusulas contratuais.

39

“A” e “B” são empregados da Sociedade Empresária Y, tendo contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado. O primeiro possui 4 anos de serviços prestados para a referida sociedade, enquanto o segundo tem 10 anos. Em janeiro do ano de 2014, eles receberam aviso prévio de dispensa sem justa causa. O prazo de aviso prévio para “A” e “B” será de

- A) 30 dias. D) 29 e 45 dias, respectivamente.
 B) 33 e 59 dias, respectivamente. E) 40 e 100 dias, respectivamente
 C) 42 e 60 dias, respectivamente.

40

Dispõe o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em seu art. 10, inciso II, “a” que “até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto”. Sobre esta estabilidade e a licença maternidade, marque a alternativa INCORRETA.

- A) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
 B) Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.
 C) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a referida estabilidade provisória.
 D) Em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, mesmo no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.
 E) À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade. A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada.

41

Segundo o Código Civil, “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. De acordo com a referida norma, são absolutamente INCAPAZES de exercer pessoalmente os atos da vida civil os

- A) pródigos.
 B) ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
 C) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 D) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
 E) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

42

“De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, cada uma das partes não poderá indicar mais de _____ testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

A) 3 / 6

B) 3 / 5

C) 5 / 8

D) 5 / 10

E) 8 / 10

43

Na Justiça do Trabalho, contra a decisão que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, cabe

A) recurso ordinário.

D) embargo infringente.

B) agravo de petição.

E) agravo de instrumento.

C) recurso de revista.

44

Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais:

A) O direito à sucessão aberta.

B) As energias que tenham valor econômico.

C) Os materiais definitivamente separados de um prédio.

D) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.

E) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

45

Sobre a cessão de crédito, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.

B) Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.

C) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.

D) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.

E) A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas não se tem por notificado o devedor que se declare ciente da cessão por escrito particular.

46

Acerca do tratamento que o Código Civil Brasileiro dá aos contratos, analise as seguintes afirmativas.

I. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e da boa-fé.

II. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no próprio Código Civil.

III. Considera-se perfeita a aceitação da proposta mesmo que, com ela, chegue ao proponente a retratação do aceitante.

IV. Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, mesmo que ela não chegue no prazo convencionado.

Estão corretas apenas as afirmativas

A) I e II.

B) I e III.

C) II e IV.

D) II e III.

E) III e IV.

47

Marque a alternativa que contenha, exclusivamente, condições da ação expressamente mencionadas no Código de Processo Civil.

A) Possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual.

B) Possibilidade jurídica, pressupostos de constituição válida e regular do processo.

C) Pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

D) Interesse processual, possibilidade jurídica e pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.

E) Legitimidade das partes, interesse processual e presença de pressupostos de constituição válida e regular do processo.

48

“De acordo com o Código de Processo Civil, as sanções impostas às partes como consequência de má-fé serão contadas como custas e reverterão em benefício do(a) _____; as impostas aos serventuários pertencerão à(ao) _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) Estado / Estado
- B) parte contrária / Estado
- C) Estado / parte contrária
- D) Ministério Público / Estado
- E) requerente / parte contrária

49

O Código de Processo Civil, em seu Título VI, trata “Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo”. Sobre o tema, é INCORRETO afirmar que

- A) a suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder 6 (seis) meses.
- B) feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu.
- C) a alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.
- D) a morte do procurador da parte causa a suspensão do processo. Será concedido à parte o prazo de 10 (dez) dias para constituir novo mandatário.
- E) considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.

50

“A” ajuíza uma ação em face de “B”. O Juiz X profere sentença julgando procedente o pedido. Inconformado, “B” apresenta recurso de apelação contra a sentença de primeiro grau. O Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso, profere decisão, reformando a decisão de primeiro grau, com dois votos favoráveis e um desfavorável. Partindo do pressuposto de que há questão infraconstitucional e constitucional, ambas já prequestionadas, é correto afirmar que “A” pode interpor o seguinte recurso contra o acórdão do Tribunal de Justiça:

- A) Agravo.
- B) Recurso especial.
- C) Recurso ordinário.
- D) Recurso extraordinário.
- E) Embargos infringentes.

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipad*, *ipod*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas (A a E) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no site **www.idecan.org.br**, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no site **www.idecan.org.br**.
- A interposição de recursos poderá ser feita **via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao **IDECAN**, conforme disposições contidas no site **www.idecan.org.br**, no *link* correspondente ao Concurso Público.